

# Políticas linguísticas e ecolinguística: algumas considerações

Celeste Maria da Rocha Ribeiro<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professora da UNIFAP, Instituto de Letras e Artes, Mestra em Linguística (UFPA)

**RESUMO:** Este trabalho constitui-se em reflexões acerca da forma de implantação e implementação de políticas linguísticas no Brasil, evidenciando algumas das principais ocorrências dessas políticas atualmente. Por esse tema ter vinculação direta com as relações sociais provocadas pelos diversos usos linguísticos, julga-se necessário discutir, ainda que de forma sucinta, sobre a ecolinguística visto ser ela uma vertente da linguística que trata das relações da língua com o ambiente. Assim, toma-se como suporte teórico referenciais como Couto (2007 e 2009), Calvet (2007) e Bagno (2002). Ressalta-se que esse estudo consiste em um resultado parcial de pesquisa bibliográfica que vem sendo desenvolvida no Projeto de Pesquisa Atlas Linguístico do Amapá, vinculado ao Colegiado de Letras da Universidade Federal do Amapá e com o apoio e financiamento do CNPQ, do qual sou coordenadora juntamente com uma equipe de doze (12) acadêmicos do Curso de Letras e seis (06) professores desse mesmo curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas; linguísticas; ecolinguística; ensino-aprendizagem; Brasil;

**ABSTRACT:** This paper consist considerations about the forms of establishment linguistics politics in the Brazil, evidencing several of the principals occurrences of those politics actually; as this theme is linked with socials relations caused for various linguistics uses, judge necessary talk over, briefly, the ecolinguística because it is a linguistic chain that approach the relationship between langue and environment. In this manner consider as theoretical support Couto (2007; 2009), Calvet (2007) and Bagno (2002). Emphasize that this study consist in partial result of bibliographic research is development in the Project of Research Amapá's Atlas Linguistic, tied to the Language's College of the University Federal of Amapá which coordinate together an group twelve (12) academics and six (06) teachers of the Language Course.

**KEYWORDS:** politics; linguistics; ecolinguistics; teaching-learning; Brazil;

**SUMÁRIO:** 1- Introdução; 2- Políticas Linguísticas; 2.1. Heterogeneidade linguística; 2.2. Algumas concretizações de Políticas Linguísticas no Brasil; 2.3. Relação Atlas Linguísticos e Políticas Linguísticas; 2.4. O Papel das Universidades no contexto das Políticas Linguísticas; 3 Ecolinguística; 3.1 Algumas discussões; Considerações finais; Referências.

## 1 Introdução

As informações trazidas para esse texto constituem um recorte de algumas leituras e estudos voltadas à temática proposta, sobretudo no que tange às políticas linguísticas. A inquietação por esse tema surgiu a partir do Projeto de Pesquisa que trata de um atlas linguístico do estado do Amapá, cujo objetivo central é evidenciar o perfil linguístico do falar amapaense, apontando marcas e traços peculiares ao uso oral desse estado. Assim, logo se chegou à temática relacionada às políticas linguísticas e, mais adiante os estudos esbarraram na ecolinguística, outro tema proposto aqui, pois falar de atlas linguístico é pisar em terreno ambiental, visto que a localização espacial está diretamente relacionada ao aspecto geográfico e, por conseguinte, ao ecológico.

Em função disso, foram desenvolvidas algumas ideias, no grupo de estudos, que devem ser tomadas nesse momento como reflexão a respeito do assunto, pois a intenção é somente levar ao conhecimento dos interessados pelas questões linguísticas e ambientais a respeito das relações existentes entre língua e meio ambiente e este visto como o lugar onde ocorrem as interações sociais, desencadeando as políticas para as línguas. Dessa forma, desenvolve-se esse artigo de revisão da literatura voltado ao tema políticas linguísticas e ecolinguística, destacando que se considerou como suporte teórico os principais representantes hoje dessas temáticas, para conduzir as ideias aqui trazidas. Portanto, a finalidade principal desse estudo é apresentar os temas, ressaltando as relações existentes entre língua, sociedade e meio ambiente.

## 2 Políticas linguísticas

O termo política, na sociedade, sem dúvida que suscita uma temática que está associada a partidos, eleições, candidatos, deputados, senadores e segue nessa linha a ideia. Mas, mesmo que possa parecer estranho em um primeiro momento, a ciência da linguagem – a linguística - possui sua própria política. Calvet (2002, p. 145) diz que a política linguística envolve “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social,” sendo o “planejamento linguístico, a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato.” Segundo esse autor, é papel do estado elaborar políticas linguísticas, pois é ele quem detém “o poder e os meios de realizar esse planejamento e de pôr em prática as escolhas linguísticas” (ibidem). Por esse caminho tem-se a definição para o tema proposto por Cooper (apud GONÇALVES, 2009, p. 210) segundo o qual

a política linguística diz respeito às metas estabelecidas a nível local ou governamental para a língua ou para as línguas existentes em uma sociedade ou em um determinado contexto, enquanto planejamento linguístico refere-se aos processos de operacionalização de uma política linguística.

Assim, fica claro que essa política refere-se às ações a serem desenvolvidas no âmbito da língua, tudo o que for planejado para desenvolver-se no contexto das línguas ou da língua. Mas tais políticas precisam ser condizentes com ações políticas

adequadas e estruturadas, a fim de que possam garantir a interação entre os usuários da língua portuguesa. É tarefa do estado zelar pela “unidade” linguística, mas a variedade da língua existente em todo o país é preservada pelos usuários, são eles os responsáveis pela dimensão dialetal e heterogênea que a língua apresenta no cenário brasileiro. Em função disso, torna-se fundamental para a preservação e fomentação do idioma nacional, a implantação e implementação de políticas linguísticas adequadas e que garantam o ajuste aos diversos contextos regionais e sociais do país.

É de conhecimento da maioria das pessoas que o cenário mundial globalizado atualmente aproxima cada vez mais as relações entre os diferentes países, assim como encurta as distâncias entre os povos e contribui para a difusão das línguas pelo mundo, em função do livre trânsito de pessoas, de capitais, de produtos, serviços e mercadorias. Assim, nesse contexto, Faulstich (2001, p. 105) informa que “as línguas desempenham um papel político decisivo porque se consolidam, adquirem prestígio e patenteiam a efetiva difusão da consciência nacional”. A internacionalização das trocas políticas e econômicas é feita por meio das línguas oficializadas no âmbito dos estados. Nesse quadro de política internacional, é o idioma que funciona como o suporte da reunião de povos, por isso é necessário que esse idioma garanta uma comunicação efetiva entre seus usuários, a fim de que as intenções comunicativas de cada um possam ser concretizadas.

Desde o período colonial, o Brasil tenta impor uma cultura monolíngue que procura ocultar o plurilinguismo existente, há uma propagação da ideia de que se fala uma mesma língua portuguesa nos quatro cantos do país e, que, portanto todos se entendem; no entanto, sabe-se que nem é preciso ser estudioso da língua para perceber que essa cultura de “língua única” é equivocada, visto que há sim uma única língua oficial no país, mas ela não se realiza de uma única forma, e sim através de diversos dialetos que concretizam as variações linguísticas brasileiras.

Nas últimas décadas, o Brasil vivencia um crescimento de debates e reivindicações de temáticas ligadas aos aspectos social, político, cultural e linguístico. Esse último sendo refletido, sobretudo no enfoque da língua de sinais, línguas indígenas, línguas faladas por comunidades quilombolas, línguas faladas por moradores de áreas assentadas, línguas de imigrantes entre outras línguas minoritárias que caracterizam mais de cem comunidades linguísticas diferentes espalhadas de norte a sul do país. Assim, questiona-se: se todos sabem dessa realidade linguística do país, por que se continua envolto a uma ideologia que evidencia a língua única? Por que o Brasil insiste na propagação de língua homogênea? A língua precisa ser vista como algo real, concreto que faz parte do dia-a-dia, que muda e se altera de acordo com as transformações sócio-histórico-ideológicas da sociedade em que está inserida e, como tal, constitui-se como um **processo** e não como um produto pronto e acabado que se realiza sempre da mesma forma em todos os contextos de uso. Essas informações corroboram com Calvet (op.cit.) quando ele afirma que “as línguas existem para servir aos homens e não os homens, para servir às línguas”. Em função disso, faz-se necessário levar ao conhecimento da sociedade o fenômeno da variação linguística e, conseqüentemente, da heterogeneidade dialetal.

## 2.1. Heterogeneidade linguística

É válido ressaltar que língua e sociedade estão estritamente interligadas, já que uma influencia a outra. De acordo com Bagno (2007, p.38)

para o sociolinguista, é impossível estudar a língua sem estudar ao mesmo tempo, a sociedade em que essa língua é falada, assim como outros estudiosos (sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais etc) já se convenceram que não dá para estudar a sociedade sem considerar as relações que os indivíduos e os grupos estabelecem entre si por meio da linguagem.

Assim, uma das tarefas da sociolinguística é estudar e relacionar a heterogeneidade linguística à heterogeneidade social. Ainda de acordo com o referido autor (ibidem), a maioria das sociedades letradas apresenta uma realidade linguística composta de dois polos: a norma-padrão, produto cultural criado para servir de modelo para os comportamentos linguísticos considerados adequados e corretos; e a variação linguística, que é a língua em estado de transformação e instabilidade. Esses dois polos existem e fazem parte da vida social, por isso precisam ser considerados em todos os momentos em que se aborda ou investiga-se sobre língua e sociedade, embora o primeiro seja de uso muito menos restrito do que o segundo, limitando-se muitas vezes a ambientes muito formais.

A ampla extensão territorial do Brasil marcada pela heterogeneidade social, cultural, geográfica e econômica vai refletir na língua portuguesa empregada por seus usuários, o que evidenciará uma diversidade linguística vinculada à diversidade cultural nos seus mais diferenciados aspectos. Em decorrência disso, é evidente a existência de variedades de traços diferenciadores característicos de uma comunidade ou região, o que caracterizará a variação diatópica (usos linguísticos específicos de uma região ou localidade) e a variação diastrática (usos linguísticos de diferentes classes sociais). Muitas vezes, esses traços tornam-se identificadores da região ou da classe social a que o falante pertence. Tal situação é ilustrada com a afirmação de Teyssier (apud CARDOSO, 2010, p.180):

As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra.

Assim, diante do exposto é inegável que precisa haver políticas linguísticas que viabilizem os usos do português e não apenas o uso da norma-padrão.

## 2.2. Algumas concretizações de políticas linguísticas no Brasil

Como já se viu anteriormente, necessita-se de um conjunto de políticas que assegurem as realizações da língua de forma plena e sem preconceitos, assim como possibilitem diretrizes para um ensino produtivo e eficiente.

Especificamente sobre o ensino de língua portuguesa, há atualmente projetos e documentos que representam grandes avanços na política linguística brasileira. Aqui destaca-se a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997/98) que enfatizam os diversos usos da linguagem e valorizam a língua falada; sem dúvida que os Parâmetros têm motivado uma série de iniciativas que visam o aprimoramento significativo na melhoria do ensino da educação básica. Um outro exemplo de política é a criação de processos de avaliação sistemática do ensino, tais como o Exame Nacional de Desempenho – ENADE para cursos de graduação; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os concluintes do ensino médio; a Prova e a Provinha Brasil para os alunos concluintes dos dois ciclos do ensino fundamental. É certo que todas essas políticas estão resultando numa melhoria considerável na qualidade do ensino pelo país, pois os resultados desses exames possibilitam uma melhor avaliação no ensino formal pelos municípios, estados, federação e rede privada, uma vez que evidenciam os desajustes e induzem as alterações necessárias ao sistema de ensino.

Ressalta-se ainda as Universidades brasileiras que também têm a sua parcela de contribuição na implementação de uma política linguística para o Brasil. Seguem-se aqui alguns dos principais projetos e pesquisas desenvolvidos por docentes dessas universidades. Na área de descrição e documentação do português brasileiro a ênfase é dada aos estudos da língua falada através de corpus criteriosamente coletado, gravado e armazenado em banco de dados organizado. Assim tem-se o “Projeto NURC” – Norma Urbana Linguística Culta – projeto coletivo desenvolvido em 1968 e que conta hoje com a participação de cinco capitais brasileiras: Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; o Projeto Banco de Dados “Usos do Português” que culminou na publicação da Gramática do Português Falado (Neves, 2001); Projeto Variação do Português no Sul (Varsul) coordenado e desenvolvido pelas universidades federais dos estados da região sul do Brasil; a partir de 1997, Projeto para a História do Português Brasileiro (Castilho, 1998) e (Mattos e Silva, 2001); Projetos de Atlas Linguísticos regionais espalhados pela maioria das capitais brasileiras, além do Projeto macro ALiB – Atlas Linguístico do Brasil lançado em 1996, coordenado por Suzana Cardoso – (UFBA);

Na área de ensino da língua materna tem-se no que tange à alfabetização, leitura e escrita a criação do Centro de Alfabetização e Leitura – CEALE - da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado por Magda Soares que muito tem contribuído com a formação continuada de professores e a produção de materiais didáticos para o desenvolvimento eficiente das práticas de linguagem do aluno; criação nos anos 70 da Associação de Leitura do Brasil que periodicamente edita livros, revistas e cd-rooms para professores da educação básica; Projeto “Circulação de Textos na Escola” organizado em 3 volumes, coordenado por Chiapini – USP; na década de 90 aparecem com força os estudos sobre letramento, que enfatizam não só o produto da alfabetização, mas sim a inserção do cidadão em práticas de leitura e escrita, antes e depois de conhecer o código alfabético.

Vale lembrar que o desenvolvimento de todos esses estudos, pesquisas e projetos que visam documentar, descrever e historiar a variedade brasileira do português, assim como buscam melhorias para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa em sala de aula, sejam voltados para a modalidade falada ou escrita constituem condições mínimas para a renovação de seu ensino e o passo inicial para a edificação de uma real política linguística para o português.

Apesar de essas concretizações citadas já evidenciarem a fomentação das políticas, principalmente para o ensino, ainda se estar longe de um panorama satisfatório no que tange ao tema sobre políticas linguísticas no país, pois pouca atenção tem sido dada a esse assunto, as políticas existentes ficam restritas, muitas vezes, a projetos que têm data para iniciar e terminar, além de que a maioria concentra-se no eixo-sul/sudeste deixando a maior parte territorial do país sem participação.

Outro ponto que merece destaque é a inexistência de grupos de pesquisas com representantes de Instituições das diversas regiões do país, a fim de que pudessem dialogar e compartilhar de forma equivalente as estratégias e mecanismos encontrados com vistas à implementação de políticas eficientes. Um exemplo que pode ser dado em relação a esse trabalho em equipe é o que está sendo feito com a produção dos atlas linguísticos visto que, em geral, os projetos de atlas em andamento são desenvolvidos por um grupo de professores-pesquisadores de Instituições de Ensino Superior de localidades diferentes. Desse modo, tem-se, por exemplo, o Projeto ALAP (Atlas Linguístico do Amapá) que está sendo coordenado por essa autora, Profa. Ms. Celeste Ribeiro (UNIFAP) e pelo Prof.Dr. Abdelhak Razky (UFPA), que por sua vez, integra a equipe do Projeto ALiB composta por professores da UFBA, UFC, UFRGS, UFPB entre outras e que contribuem no assessoramento dos atlas que estão sendo produzidos pelo Brasil. Essas produções atualmente já se firmam como uma das formas de políticas voltadas ao trabalho linguístico.

### **2.3. Relação atlas linguísticos e políticas linguísticas**

Dentre as várias formas de políticas existentes hoje, dentre as quais as citadas anteriormente, enfatizam-se aqui, particularmente, aquelas referentes aos atlas linguísticos. Entre os argumentos existentes para a elaboração de um atlas destaca-se a política linguística de ensino, uma vez que pouca ou quase nenhuma atenção tem sido dada às contribuições que os atlas, enquanto instrumento de registro e documentação da língua, podem proporcionar ao ensino de língua materna. Somente através dos atlas é possível a visualização ampla da diversidade e riqueza linguísticas, pois os dados coletados através de questionários que contemplam os diversos campos linguísticos revelam comportamentos e realizações da língua de toda ordem, o que implica em uma fotografia real do perfil linguístico de determinada região, estado ou cidade, dependendo do tipo de atlas.

Além disso, segundo Razky et al (2006, p.114) um atlas linguístico

permite que se faça descrição e avaliação do comportamento linguístico do falante, a depender dos variados instrumentos utilizados na coleta de dados, visto que apresentam diferentes graus de formalidade...

Assim, muitas vezes, determinadas variações na língua ocorrem em função do comportamento do falante, que por sua vez a desenvolve em detrimento do instrumento de coleta de dados utilizado pelo pesquisador. Sem dúvida que vale enfatizar que a diversidade linguística existente no país, estritamente relacionada à diversidade geográfica, ambiental e social evidenciada nas cartas de um atlas possibilitam ao professor uma orientação precisa de como a língua portuguesa é falada nas diferentes e diversas regiões brasileiras; informação essa que traz muita riqueza e dinamismo às aulas.

No entanto, ressalta-se que essa ferramenta de trabalho e subsídio às aulas de língua portuguesa é quase inexistente nas escolas, os atlas linguísticos não são priorizados na relação de material didático de apoio às aulas, eles não são contemplados nos programas de recursos e suportes didáticos do MEC, em função, principalmente, da ausência de políticas que valorizem e evidenciem a importância e a necessidade de conhecimento da língua portuguesa em suas diversas formas de realização. Destaque-se ainda que os atlas atualmente movimentam grande parte das pesquisas que se voltam à variação linguística desenvolvidas nas Universidades dos principais países, inclusive do Brasil.

## **2.4 O papel das universidades no contexto das políticas linguísticas**

Sabe-se que não basta apenas produzir ciência no contexto acadêmico, mas fazer chegá-la ao ambiente da sala de aula da educação básica, ao fazer pedagógico, ao ensino especificamente da língua portuguesa tornando-o produtivo e significativo para os sujeitos principais desse processo – o aluno e o professor. Entretanto, essa tem sido a principal dificuldade que se enfrenta, pois as descobertas, estratégias e mecanismos encontrados não estão chegando até a sala de aula da forma como deveriam, quando chegam reduzem-se a poucas escolas, alcançando números insatisfatórios. Talvez os linguistas tenham uma parcela de culpa, visto que nem sempre procuram estabelecer uma relação adequada entre teoria e prática, ou em outros momentos deixam a cargo da linguística aplicada, a criação de mecanismos para a transposição didática de conteúdos e, por fim, outras vezes os professores culpam o próprio sistema educacional (MEC, escolas, secretarias de educação, matriz curricular, pedagogos, técnicos educacionais) ou a família, mais precisamente a comunidade de pais e alunos, que precisam envolver-se mais com o ambiente escolar, apesar de já existir por todo o país várias experiências de cooperação da comunidade com as suas escolas.

A instituição de políticas linguísticas eficientes não dependem só das autoridades do sistema educacional, mas principalmente da participação e apoio de todos os sujeitos envolvidos com a escola e com toda a comunidade linguística, é necessário tomada de decisões mais voluntárias, autônomas, legítimas e menos dependentes da burocracia, a fim de que se possa de fato e de direito formar cidadãos mais críticos e participativos,

assim como usuários da língua portuguesa mais proficientes nas diversas práticas da linguagem e com condições de atuarem mais ativamente na sociedade em que estão inseridos.

Essa inserção é salutar para a integração dos indivíduos na comunidade, pois é ela quem garantirá o desenvolvimento sócio-histórico, econômico, ambiental e linguístico de um grupo. Dentre esses destacam-se os dois últimos pela afinidade que apresentam no tocante às interações. Assim, faz-se conveniente nesse momento abordar-se a respeito da temática concernente ao estudo das relações estabelecidas entre língua e meio ambiente, ainda que de forma geral sem detalhamentos mais específicos, para não se fugir ao propósito desse texto.

### 3 Ecolinguística

No ecossistema (meio ambiente e organismos) há uma intensa relação de interação entre os elementos desse sistema, ora entre eles e o meio ambiente e ora entre eles mesmos. Como no processo de uso da língua, as relações ocorrem por meio de interações sociais, é válido fazer essa associação de integração entre meio ambiente e organismos – ecologia; indivíduos e uso da linguagem verbal - usos linguísticos.

Dessa forma, como no ambiente ecológico os seres passam por constantes evoluções e transformações, caracterizando o processo dinâmico dos ecossistemas, o mesmo ocorre com as línguas em situação de contato, pois podem sofrer alterações em sua estrutura interna (níveis fonético, morfossintático, semântico-pragmático) e adquirir usos diversificados em função dos contextos empregados. Essas mudanças evidenciam o quanto a interação é significativa no processo linguístico, de fato ela desempenha papel fundamental nos atos comunicativos, visto que a língua se concretizará a partir do ambiente contextual de realização e da mesma forma que os organismos integram-se para interagirem no meio, a língua precisa integrar-se ao contexto de realização (ambiente) para ter sua concretização plena e, conseqüentemente, efetivar a comunicação. Assim, a ecolinguística define-se por estudar a relação entre língua e meio ambiente, seu papel é o de investigar as relações existentes entre a língua e o meio ambiente.

Em função disso, de acordo com Couto (2009, p.11)

o equivalente de ecossistema nos estudos linguísticos é o que passou a ser conhecido como **Ecossistema Fundamental da Língua**, constituído por um **povo** (população da ecologia), habitando determinado **território** (biótipo). Tudo o que acontece na língua se dá dentro desse contexto. Em seu interior, o habitat/biótipo, juntamente com a população, constitui o meio ambiente da língua, no sentido mais amplo.

É nesse meio ambiente que as relações vão acontecer e, muitas dessas relações vão ser determinantes na implantação de políticas linguísticas, visto que tais políticas estão condicionadas à forma de uso da língua pelo falante e, em geral, essa forma depende do ambiente de realização linguística. É o que anuncia Haugen (apud COUTO, 2007, p.19) – considerado o pai da ecolinguística – que também considera a ecolinguística

como “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente” mas acrescenta que

A definição do meio ambiente pode levar nossos pensamentos antes de tudo ao mundo referencial, para o qual a língua provê um índice, isto é o meio ambiente não da língua, mas de seu léxico e gramática. O verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos.

Dessa maneira, considera-se que o ecossistema da língua, formado por seus códigos caracterizadores de um território e de um povo, constitui o contexto principal das inter-relações mantidas com a população e com o espaço físico em que essa população está inserida. Vista por esse ângulo, destaca-se o importante papel da ecolinguística pelo fato de ela chamar a atenção para a integração entre indivíduos, território e língua propondo um relacionamento harmonioso e equilibrado entre homem e natureza. Além disso, ainda conforme Couto (id. p.444)

Ela critica a linguagem preconceituosa (...) não numa atitude policialesca, mas conscientizadora. Ela apenas mostra o significado dos preconceitos. Por outro lado a ecolinguística critica e desmascara os discursos pretensamente amigos do meio ambiente, muitas vezes produzidos por grandes indústrias poluidoras, cujo objetivo é fazerem-se passar por boazinhas.

### **3.1 Algumas discussões**

Sabe-se que uma sociedade será tão bem mais plena e diversa em seus aspectos culturais e linguísticos, quanto mais línguas e dialetos apresentar, a diversidade linguística, assim como a biodiversidade, deve ser vista como um fenômeno rico, autêntico e original. Por isso, considera-se que a ecolinguística deve ser uma grande aliada das políticas linguísticas visto que essas precisam das ocorrências na língua para poder serem implantadas e implementadas, dependem das formas que o falante lança mão para expressar-se verbalmente e, na maior parte dos casos, essa expressão ocorre em decorrência das interações entre os falantes.

Relaciona-se aqui interação a ambiente, pois ela se realiza especificamente em função deste, é o contexto do ambiente que determinará os usos linguísticos, ou seja, a ecolinguística, vista aqui como as relações existentes entre língua e ambiente, passa a ser a responsável pelas interações linguísticas que contextualizam os discursos; esses, por sua vez, determinarão os modos de uso pelo falante; assim, políticas linguísticas surgirão ou confirmar-se-ão a partir dessas concretizações. Portanto, ainda que um tanto precoce, é válido dizer que tais políticas mantêm uma relação estreita com a ecolinguística.

Entretanto, faltam ainda mecanismos que assegurem com firmeza essa relação, que provoquem pesquisadores, professores a visualizar a ecolinguística como um recurso relevante à propagação da língua, a fim de que se irradie para o ensino na educação básica. Torna-se fundamental despertar nas crianças e nos jovens, não apenas a consciência ecológica, mas também a linguística por meio do ensino eficiente das práticas de linguagem, dar condições para que esse usuário possa utilizar-se com eficácia do mecanismo de comunicação e possa interagir nas mais diversas esferas da

sociedade da qual faz parte. Levá-lo a perceber que seu uso linguístico vai depender do contexto social em que está inserido e que, portanto, há situações comunicativas que vão exigir um uso mais padrão/formal e outras que vão requerer um uso mais coloquial/não padrão; semelhantemente ao que ocorre no meio ecológico, onde os seres vão desenvolvendo-se, alterando-se, transformando-se em função do ambiente de que fazem parte.

Vale destacar também que em função do “progresso”, o desmatamento e a poluição ambiental estão cada vez mais reduzindo a diversidade biológica e os ecossistemas do meio natural. Consequentemente, essa perda ecológica atinge a diversidade cultural e, via de regra, a linguística, o que implica em um comportamento mecanizado e superficial dos indivíduos, uma vez que a ausência de elementos da biodiversidade compromete as inter-relações tão necessárias ao desenvolvimento biológico, social, cultural e linguístico.

### **Considerações finais**

Tratar de assuntos relacionados à língua e ecologia é pisar em terreno fértil, rende muita discussão e considerações que jamais se pode pôr um ponto final. O que se procurou apresentar aqui ao longo dessas poucas páginas foi uma reflexão acerca da temática proposta, suscitar indagações, refutações e chamar a atenção dos leitores para o papel valioso que as políticas linguísticas e junto com elas a ecolinguística desempenham no contexto social e, consequentemente, no cenário globalizado que hoje se vivencia.

Assim como a ecolinguística prima pela diversidade linguístico-cultural juntamente com a diversidade biológica, as políticas linguísticas caminham pela diversidade sócio-histórico-cultural e como ambas têm um ponto em comum que são as relações/interações desempenhadas pela população em uma dada sociedade, considera-se válida a relação de equivalência entre políticas linguísticas e ecolinguística, embora essa jovem disciplina ainda esteja engatinhando nos estudos concernentes à linguagem desenvolvidos no Brasil. Finalmente, ousa-se dizer ainda que todas as relações interativas desenvolvidas na sociedade ocorrem por intermédio da linguagem, ela por sua vez determina as formas de interação entre os indivíduos e essas formas desencadearão os estudos e investigações culturais, científicos voltados às especificidades de cada área do conhecimento humano; com isso cabe a cada estudioso, pesquisador fazer as adequações devidas a seus objetos de estudo específicos. Por isso aqui, para fechar essas primeiras ideias, parafraseia-se Couto (2007), quando diz que ao se estudar uma árvore não se deve esquecer de que ela faz parte de uma floresta.

### **Referências**

- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CARDOSO, S. A. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

COUTO, H. H. do. **Linguística, Ecologia e Ecolinguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.

FAULSTICH, E. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. Solidariedade e ação política. Brasília: INRI, 2001.

GONÇALVES, M. A. Por um Planejamento Linguístico Local. **Revista Investigações**, Vol. 22, nº 02, Julho, 2009.

RAZKY, A.; LIMA, A. OLIVEIRA, M. Atlas Linguísticos: contribuição para o ensino básico. In: MOTA, Jacyra & CARDOSO, Suzana (Org.). **Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.

*Artigo recebido em 20 de maio de 2012.*

*Aprovado em 12 de setembro de 2012.*